

A PRESENÇA PORTUGUESA NO PACÍFICO: A MISSIONAÇÃO NO PROCESSO COLONIAL DE TIMOR E O SEU PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO HOJE¹

Isabel BOAVIDA²
Universidad de Coimbra

INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é identificar os diferentes papéis desempenhados pela missionação durante o processo de colonização na ilha de Timor, interpretando os elementos arquitetónicos produzidos no decorrer da evangelização da ilha.

1 Citar como: BOAVIDA, Isabel. «A presença portuguesa no Pacífico: a Missionaçoão no processo colonial de Timor e o seu património arquitetónico hoje». En: MONTROYA RAMÍREZ, María Isabel; SORROCHE CUERVA, Miguel Ángel (eds.). *Espacios de tránsito. Procesos culturales entre el Atlántico y el Pacífico*. Granada: Editorial Universitaria, 2014, págs. 71-93 [<http://hdl.handle.net/10481/35103>]

2 Isabel Boavida. Doutoranda do Programa de Doutoramento Patrimónios de Influência Portuguesa (Centro de Estudos Sociais / Instituto de Investigação Interdisciplinar — Universidade de Coimbra).

A ação missionária teve um papel fundamental na colonização portuguesa de Timor, adaptando-se e adquirindo diferentes contornos ao longo do tempo.

Identificam-se duas fases na missionação de Timor. A primeira corresponde à fase de instalação, designadamente os primeiros contactos missionários e a formação das primeiras cristandades na ilha dentro do contexto mais vasto do grupo insular de Solor e Timor. A segunda corresponde à fase de colonização propriamente dita, quando a missionação funcionou como veículo de instrução das populações timorenses, procurando educá-las de acordo com princípios culturais ocidentais e difundir o sentimento patriótico em relação a Portugal.



Fig. 1.—Sudeste asiático.

Desenho esquemático da autora, baseado no mapa «Sudeste da Asia. Rotas comerciais de Macau com Timor» incluído em «Timor Português. 1515-1769 - Contribuição Para a Sua História» de Artur Teodoro de Matos (1974)

1. A MISSIONAÇÃO COMO PROCESSO DE INSTALAÇÃO³

Após a conquista de Malaca em 1511 que abriu aos portugueses o comércio com a região da Insulíndia, a ilha de Timor passou a integrar as rotas comerciais portuguesas a partir de 1515. Neste contexto de relação exclusivamente comercial, os contactos com a ilha eram intermitentes, estando dependentes da sazonalidade mercantil, e cingiam-se ao tempo necessário para negociar e presentear os reis nativos em troca do carregamento das embarcações com sândalo — a mercadoria que atraía os comerciantes a Timor. A insegurança que caracterizava os portos timorenses obrigava os mercadores a rumarem de seguida à ilha de Solor para aguardarem condições de navegação favoráveis ao regresso a Malaca, constando que alguns se tenham fixado naquele entreposto originando uma colónia espontânea (Thomaz, 2006: 399-400; Matos, 1974: 37).

A brevidade dos contactos dos mercadores com as populações timorenses não proporcionava o enraizamento da presença portuguesa que só foi estimulado, anos mais tarde, pela expansão missionária. Com esta última, como constata Luís Filipe Thomaz (1998: 568-69), desenvolver-se-ia uma espécie de imperialismo religioso tendencialmente direccionado para uma dominação territorial indirecta.

A fundação da diocese de Malaca em 1558, criou uma estrutura religiosa que abarcava os territórios entre o Sião e as Molucas. Foi neste contexto que, 1561, o bispo da nova diocese D. frei Jorge de Santa Luzia — possivelmente informado da privação de uma presença permanente do cristianismo nas ilhas de Solor⁴ e Timor, bem como da ausência de influência islâmica — enviou um grupo de quatro missionários dominicanos liderados por frei António da Cruz

3 As principais fontes consultadas para a realização do presente capítulo foram os textos de Luís Filipe Thomaz (2006) e Artur Teodoro de Matos (1974), complementados com informações adicionais recolhidas nos textos de Luís Filipe Thomaz (2008; 1998), Manuel Lobato (2000), Pe. Manuel Teixeira (1974) e Pe. Abílio José Fernandes (1931).

4 Para efeitos de simplificação, no presente artigo adota-se a designação «ilhas de Solor» para referir o conjunto insular que compreende a ilha de Flores e as que se estendem entre esta e a ilha de Timor.



Fig. 2.—Ilhas de Solor e Timor.

Desenho esquemático da autora, baseado no mapa «Ilhas de Solor e Timor» incluído em «Timor Português. 1515-1769 - Contribuição Para a Sua História» de Artur Teodoro de Matos (1974)

para Solor, com o objetivo de, aproveitando o transporte dos mercadores, evangelizarem as ilhas vizinhas (Thomaz, 2006: 401-2; Lobato, 2000: 356; Matos, 1974: 41-2; Teixeira, 1974: 6). Assim se verifica que os missionários dominicanos se estabeleceram definitivamente na ilha de Timor no âmbito de um projeto de evangelização mais abrangente e integrados por uma estrutura eclesiástica consistente.

Em 1562, os dominicanos iniciaram a construção do seu convento (Thomaz, 2006: 402; Matos, 1974: 43). A frei António da Cruz, vigário-geral, obedeceriam todos os vigários das novas cristandades a fundar (Matos, 1974: 62). A partir de 1585 passou a ser nomeado um capitão português para comandar a guarnição da fortaleza de Solor, cuja escolha era acordada entre os frades dominicanos e o capitão de Malaca, recaindo normalmente sobre um casado de Malaca ou de Solor (Thomaz, 2006: 404).

Sediados em Solor, os religiosos fundaram primeiramente cristandades nas ilhas de Adunara, Flores e Ende. Em 1590, frei Belchior da Luz desembarca finalmente em Timor, no reino de Mena, onde obtém a autorização do

régulo⁵ para estabelecer uma cristandade e erguer uma igreja (*ibidem*: 402; Matos, 1974). Em 1606, as ilhas de Solor e Timor contavam com 18 igrejas e 20000 cristãos. A capacidade de fundar cristandades populosas num curto espaço de tempo resultava da prioridade dada à conversão dos régulos, que eram seguidos na aceitação da religião pelas populações que governavam.

No entanto, os missionários só passaram a frequentar regularmente Timor décadas mais tarde, quando os holandeses e os povos islamizados circundantes começaram a pressionar as posições portuguesas no sudeste asiático. A progressão holandesa foi rápida e fulminante para os portugueses. Depois dos primeiros ataques aos estabelecimentos portugueses e espanhóis nas Molucas em 1605, a Malaca em 1606, e a Solor em 1613, os holandeses fixaram a sua capital regional em Batávia em 1619. Os constantes ataques a Solor levaram os dominicanos a transferir a sua sede para Larantuca na ilha das Flores em 1636, acabando Solor por ser definitivamente incorporada como possessão da Companhia Holandesa das Índias Orientais em 1646 (Thomaz, 2006: 406). O vigário-geral e o capitão-mor passaram a residir em Larantuca (Matos, 1974: 62-3), que se começou a desenvolver como uma comunidade consolidada pela partilha de uma religião comum, constituída por mestiços e nativos católicos, transformando-se no centro religioso, mercantil e administrativo das ilhas de Solor e Timor. Por essa razão, os religiosos encontrariam nos *larantuqueiros* féis aliados que viriam a constituir o seu braço armado.

Perante a perda de posições para os holandeses, tentando salvaguardar a presença na ilha de Timor, frei Cristóvão Rangel estabeleceu-se no reino de Silabão em 1633, cujo rei local batizou. Em 1636, frei Rafael da Veiga batizou o régulo de Batepute e respetiva família, erguendo com o seu apoio uma igreja e uma escola de catequese, seguindo depois para o reino vizinho de Amarasse, onde também converteu o régulo que, na condição de imperador da província do Servião, liderava todos os régulos da metade ocidental de Timor (Matos, 1971: 50).

Em 1641, Malaca cedeu às sucessivas incursões holandesas, perdendo os portugueses a sua capital do sudeste asiático. Deste modo, dissolveu-se a estrutura montada na região, ficando os estabelecimentos portugueses nas ilhas de Solor e Timor mais isolados e vulneráveis a eventuais ataques inimigos.

5 Rei nativo.

Esta situação de desproteção foi aproveitada pelo sultão de Tallo' (um reino islamizado no extremo sudoeste das Celebres), que alegando guerra santa atacou Larantuca e vários pontos em Timor (Thomaz, 2006: 408). O sentimento de instabilidade provocou uma onda de conversões dos régulos timorenses em troca de proteção. Nessa altura, frei António de S. Jacinto conseguiu estabelecer alianças com as rainhas de Mena e Lifau e com o rei de Amanubão (Matos, 1974: 52-4), que implicavam a cedência das riquezas dos seus reinos à Coroa portuguesa (Lobato, 2000: 367), da qual se declaravam vassalos. Timor transformava-se assim numa espécie de protetorado. Embora distantes de serem consideradas medidas de colonização devido ao seu carácter meramente simbólico, as condições impostas pelos missionários, ao consistirem formas de submissão dos habitantes à soberania portuguesa, indiciam o intuito colonizador sobre a ilha.

As evangelizações progrediam em duas frentes, uma ao longo da costa norte, englobando Batugadé, Maubara, Díli, Lacló, Manatuto e Laleia, e outra ao longo da costa sul, abarcando Suai, Bibiçuço, Barique, Viqueque e Luca (Thomaz, 2006: 402; Matos, 1974: 55; Fernandes, 1931: 32). A célere catequização das populações obrigou à nomeação de um comissário das cristandades de Timor em 1644, recaindo a escolha sobre frei António de S. Jacinto que se estabeleceu em Cupão, cujas condições portuárias lhe conferiam importância acrescida (Matos, 1974: 54). Em 1646, apercebendo-se da ligação que os holandeses começavam a desenvolver com os reinos da província do Servião, o comissário obrigou os reis de Cupão a assinarem um termo de sujeição à Coroa portuguesa, que autorizava a construção de uma fortaleza e de povoações nas suas terras. Assim se começou a construir a primeira fortaleza de Timor que, em 1653, antes de estar terminada, foi tomada pelos holandeses. A partir de então, os novos ocupantes começaram a estabelecer contactos mais estreitos com os reinos da região ocidental de Timor (Matos, 1971: 81; Thomaz, 2006: 409).

Com o estabelecimento dos holandeses em Cupão, os portugueses, sentindo a necessidade de afirmar a sua posição na ilha, transferem, em meados do século XVII, o centro administrativo de Larantuca para Lifau na costa norte de Timor, onde passam a residir os capitães-mores de Solor e Timor (Thomaz, 2006: 409). Em 1701, com a nomeação de D. Manuel de Santo António, a residência do prelado é também transferida para Lifau (Matos, 1974: 64). O bispo gozaria de grande reconhecimento e, sobretudo, saberia como abordar os habitantes locais, o que é comprovado quando, em 1702,

consegue demover o larantuqueiro Domingos da Costa da resistência ao desembarque de António Coelho Guerreiro, o primeiro do governador de Timor (Matos, 1974: 84-5).

Com a chegada de António Coelho Guerreiro, os dominicanos, que até à data se sobrepunham ao poder dos capitães-mores no governo das ilhas de Solor e Timor, perderam o domínio exclusivo dos assuntos temporais, embora continuassem a gozar de direitos especiais em Timor pela importância dos seus feitos no passado. Consciencializados dessa condição privilegiada, tendiam a interferir na administração civil, o que causava instabilidade na governação (Thomaz, 2008: 403). O bispo detinha um poder equivalente ao governador, chegando a ocupar o cargo de governador interino (Matos, 1974: 64).

Em 1702, a instalação do governo português na ilha de Timor aconteceu quando todas as possessões portuguesas no sudeste asiático tinham já sido perdidas. A ação missionária destacou-se durante o período que a antecedeu, desempenhando o papel de mecanismo de reconhecimento territorial e das populações, introduzindo entre elas a presença portuguesa e estabelecendo as bases para a instalação permanente do poder administrativo oficial.

1.1. O património arquitectónico

Como agentes da instalação territorial portuguesa, os missionários anteciparam-se à criação de uma estrutura militar e governamental, deparando-se com a necessidade de montar as suas próprias defesas contra eventuais ameaças — locais e externas — de povos hostis à sua presença. Por essa razão, o grupo de dominicanos chegados a Solor em 1561, quando ergueram o seu convento no ano seguinte, construíram em seu redor uma tranqueira (Thomaz, 2006: 402; Matos, 1974: 42-3), como relatado por frei Luís de Sousa na «História de S. Domingos»:

«Chegados os Prégadores a Solor, [...] pedirão lugar para comporem tambem seu gasalhado; e ordenarão logo seus aposentinhos a uso da terra, com a leve fabrica, que dão os bosques: estacas grossas guarnecidas de sebe de mato miudo fizeram as paredes: fez telhado, e cuberta a folhada das palmas, que chamão Ola. Do mesmo ordenarão seu [oratorio], e ficarão com hum genero de Mosteiro [...]. Mas o Prelado considerando [...] que vivia entre inimigos, pois era gente sem Fé; quiz acautelar-se, para o que podia succeder

de mal [...] e mandou vir do monte grande copia de palmeiras bravas, que alli chamão sibalas, com que foi lançando huma forte tranqueira em roda do Mosteirinho [...]» (Sousa, 1866: 342).

Após sofrerem um ataque de mouros javaneses, frei António da Cruz decidiu erguer uma estrutura defensiva sólida de pedra e cal — construída com o apoio da população local, que disponibilizou a mão-de-obra, e com donativos do Estado da Índia (Matos, 1974: 43-4) — em cuja construção o padre aplicou todos os seus conhecimentos técnicos:

«Não ha duvida, senão que este Padre devia ter engenho de fortificador. Porque o mostrou na escolha do sitio: que foi hum teso, que fica sobre a praia, lugar sobranceiro, e defensavel. E o mesmo mostrou na fabrica; porque a fez de sinco baluartes, e de tal capacidade, que ha muitas no Estado da India, que não são tamanhas, nem tão bem traçadas» (Sousa, 1866: 344).

Entremuros foram instalados o dormitório dos frades, a igreja de Nossa Senhora da Piedade e o seminário. Num dos baluartes localizava-se o aposento do capitão, que comunicava diretamente com o exterior (Matos, 1974: 44). Sobre o recinto interior descreveu frei Miguel Rangel:

«Em hum lanço da fortaleza, o dormitório dos frades, em outro o Capitão, em outro o Seminario, outro livre. No vão da fortaleza, huma mui fermosa Igreja da Senhora, toda de pedra, e cal, e telha, com suas capellas fermosas de mui ricos retabolos, e ornamentos e muita prata, a qual Igreja era a matriz das Christandades; o seu titulo nossa Senhora da piedade, padroeira, e Senhora dellas» (apud Sá6, 1958: 330-31).

6 A «Relaçam da Christandades, e Ihas de Solor, em particular, da Fortaleza, que para emparo dellas foi feita: a qual juntamente he Mosteiro da Ordem dos Frades Prégadores, e Igreja Matris das Christandades», redigida por frei Miguel Rangel em 13 de Dezembro de 1633, foi transcrita em «Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia. 5.º Vol. (1580-1595)» (Sá, 1958: 318-346).

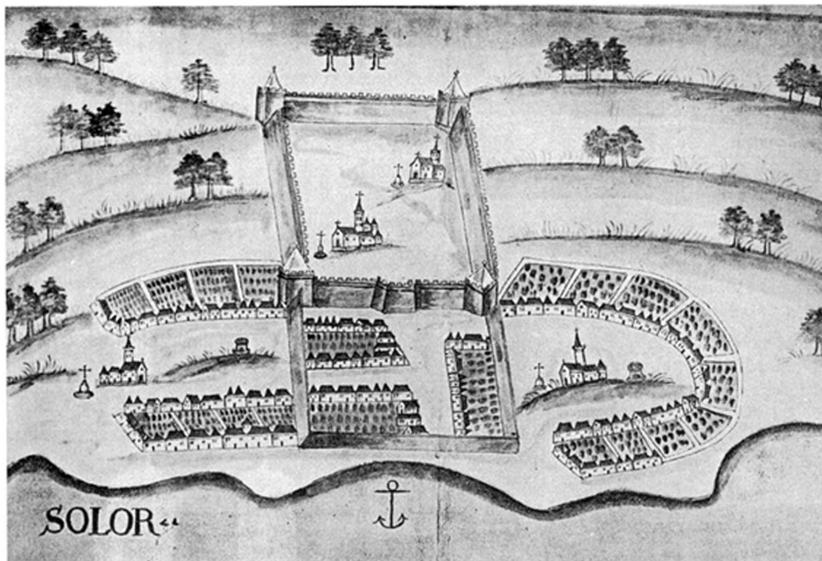


Fig. 3.—Representação da Fortaleza de Solor, 1639.

Publicado por Artur Teodoro de Matos em «Timor Português. 1515-1769
Contribuição Para a Sua História» (1974)

O novo forte procurava assegurar a proteção das comunidades cristianizadas contra ataques de salteadores oriundos das Cebres e Java. Em torno dele desenvolveu-se um aglomerado populacional cristão, onde residiam os nativos convertidos e os mestiços descendentes de mulheres nativas com portugueses provindos de Malaca e Macau (soldados, navegadores, comerciantes de sândalo) (Boxer, 1947: 1). Para que os naturais convertidos pudessem praticar o culto, os frades construíram, fora de muros, uma igreja dedicada a S. João Batista (Matos, 1974: 44).

À medida que iam fundando cristandades nas diversas ilhas, os missionários erguiam igrejas com o consentimento e auxílio dos naturais (Matos, 1971: 44-6), possivelmente construídas com os materiais vegetais disponíveis localmente e obedecendo às técnicas tradicionais.

Sentindo-se vulneráveis perante a constante ameaça de ataques dos povos islamizados vizinhos, as populações aproximavam-se dos missionários procurando segurança, como aconteceu após um ataque javanês à ilha de Ende em 1599,

que levou à fuga dos habitantes para a ilha das Flores, de onde apenas concordaram regressar depois lhes ser garantida a construção de uma fortaleza guarnecida por um capitão português na ilha de origem, mostrando-se em troca recetivos ao batismo. Nestas condições, frei Simão Pacheco empreendeu a construção de uma fortaleza na povoação de Nunas na ilha de Ende (Matos, 1974: 46):

«[...] propuzerão ao Padre, que lhes ordenasse hum forte, inda que não fosse mais que de pedra em fosso [...]. Passa-se logo com elles á ilha, começa a obra; e inda que nos principios foi conforme ao que se tinha proposto, depois se animou tanto [...] que a fez toda de pedra e cal, e da mesma traça, que a de Solor. E com tanta capacidade, que em huma ocasião de perigo podia agasalhar todo o povo.» (Sousa, 1866: 347-48)

Os sucessivos ataques a Solor resultaram na ruína da fortaleza, que foi reconstruída em 1630 por 13 religiosos dominicanos, liderados por frei Miguel da Cruz Rangel (Matos, 1974: 47), com apoios trazidos de Macau, nomeadamente 700 patacas, 6 operários, um engenho de fazer pólvora, artilharia e mosquetaria (Matos: 80).

Em Timor, onde em 1640 existiam já 22 igrejas servidas por dez religiosos (Thomaz, 2006: 402), nenhuma estrutura defensiva foi levantada até à construção do forte de Cupão em 1646. Esta primeira defesa só se construiu como reação aos avanços de inimigos exteriores, sugerindo que, até então, a convivência entre os missionários e as populações locais seria de natureza pacífica, ou que o carácter dos conflitos internos não justificasse a construção de defesas complexas.

Pelo carácter defensivo das construções dos religiosos nesta fase de instalação e, possivelmente, pela efemeridade construtiva dos edifícios das escolas e igrejas erguidas, a herança arquitetónica deste período de missionação corresponde, essencialmente, a estruturas fortificadas. Enquanto a fortaleza de Solor permanece em ruínas, a fortaleza de Cupão, apropriada pelos holandeses, foi mantida até hoje.

Além do património construído deve-se ainda considerar o património imaterial que sobreviveu com as comunidades descendentes de euro-asiáticos formadas nesta fase. Larantuca, transformada em centro administrativo e religioso após a ocupação de Solor pelos holandeses, permaneceu veiculada ao culto católico introduzido pelos missionários dominicanos. Apesar do tratado

de 1859 entre Portugal e Holanda⁷ ter decretado a perda de direito dos portugueses à administração da ilha das Flores, a liberdade do culto era salva-guardada pelo documento, o que permitiu a Larantuca preservar a identidade católica, que atualmente a diferencia dentro do contexto indonésio.

2. A MISSIONAÇÃO COMO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO⁸

A partir do século XIX ação missionária em Timor entrou numa fase de decadência. Em 1811 contava-se apenas um missionário encarregado de quatro igrejas e duas ermidas, entre as quais, as igrejas de Díli, Manatuto e Oecussi (Thomaz, 2006: 430; 1998: 599). Deste modo, em 1834, a extinção das ordens religiosas não resultou numa alteração significativa da situação religiosa na ilha. A partir de então, a missionação foi entregue a padres seculares enviados esporadicamente de Goa. O período de dependência eclesiástica em relação a Goa terminou em 1874, com a integração das missões de Timor na Diocese de Macau (Thomaz, 2008: 407; Teixeira: 1974: 52).

Em 1875, o governador do bispado de Macau enviou o Pe. António Joaquim de Medeiros a Timor na condição de visitador para analisar o estado das missões. No relatório da visita, Medeiros descreve uma situação de *semi-paganismo* em que a religião católica era praticada obedecendo aos costumes e rituais tradicionais timorenses, alguns deles assentes em princípios opostos aos cristãos (Goulart, 1999: 149; Teixeira: 1974: 56). Constata então a inevitabilidade de substituir dos padres goeses que permaneciam em Timor e a necessidade de recorrer à educação como veículo para cristianizar as populações (Teixeira: 1974: 57).

7 Tratado de demarcação e troca de algumas possessões portuguesas e neerlandesas no Archipelago de Solor e Timor entre sua magestade el-rei de Portugal e sua magestade el-rei dos Paizes Baixos assignado em Lisboa pelos respectivos plenipotenciarios aos 20 de abril de 1859.

8 As principais fontes consultadas para a realização do presente capítulo foram os textos de Luís Filipe Thomaz (2008, 2006) e Pe. Manuel Teixeira (1974), complementados com os textos de Dom Jaime Garcia Goulart (1999) e Pe. Abílio José Fernandes (1931).

Lahane, a dois quilómetros de Díli foi a localização escolhida para implantar da missão central e residência do vigário-geral (Fernandes, 1931: 39). Em 1879, na região de Díli foram instituídos o colégio masculino em Lahane e o colégio para raparigas, entregue ao cuidado das irmãs canossianas, com o apoio do governador Hugo Lacerda (Thomaz, 2008: 408; Teixeira, 1974: 60-1, 112; Fernandes, 1931: 39). Este impulso à instrução feminina consistiu numa significativa alteração cultural no contexto da sociedade tradicional timorense, onde a educação da mulher não era facilmente aceite. Por ordem do Pe. Medeiros foram abertas escolas em Manatuto, Lacluta, Oecussi e Batugadé, e construídas igrejas em Maubara, Díli, Manatuto, Lacló, Barique, Liquiçá e Bazartete (Teixeira, 1974: 61). Depois de 1885, o mesmo padre, já na condição de bispo de Macau, mandou montar uma granja diocesana em Dare, onde se promovia a experimentação de novas culturas (Thomaz, 2008: 408). Ao Pe. João Gomes Ferreira, seu sucessor no cargo de vigário-geral, deveu-se a implementação das escolas de artes e ofícios, com a pretensão de formar artesãos e promover a educação física e laboral (Teixeira, 1974: 101).

Ainda no século XIX, as canossianas instituíram o colégio feminino de Manatuto (Teixeira, 1971: 89). Em 1898 o padre jesuíta Sebastião Aparício da Silva fundou o colégio de Soibada (Thomaz, 2008: 44), dando continuidade à pequena missão instalada pouco tempo antes em Uma-Clouc (Samoro) pelo Pe. António Antunes (Teixeira, 1974: 236). Em Soibada construiu-se uma igreja e uma residência onde funcionava um internato para 80 alunos que aprendiam a ler, a escrever e as práticas de carpintaria e pedreiro (*ibidem*: 125). O complexo foi aumentado em 1902 para receber um colégio feminino dirigido pelas canossianas (Thomaz, 2008: 408). Posteriormente, alojou a uma escola de formação de professores-catequistas (Teixeira, 1974: 181), que auxiliariam os missionários a alfabetizar e catequizar as populações (Thomaz, 2008: 408). Até 1930 Soibada foi o único estabelecimento de ensino secundário em Timor (*ibidem*), passando, a partir de 1937, a abrigar também um seminário (Teixeira, 1974: 184).

Em 1900, as missões foram divididas em dois vicariatos: o vicariato do norte, a cargo dos padres seculares, com sede em Lahane — englobando Oecussi, Batugadé, Maubara, Liquiçá, Lacló, Manatuto, Laleia, Vemasse e Baucau —, e o vicariato do sul, a cargo dos jesuítas, com sede em Soibada — englobando Bobonaro, Suro, Manufahi, Ermera, Alas, Dotic, Barique, Luca, Viqueque e Laclubar (Teixeira, 1974: 124).

Além dos colégios, os missionários dirigiam escolas em vários pontos da ilha (Teixeira, 1974: 125). Desta forma, devido à posição de responsabilidade que os religiosos ocupavam na instrução das populações, o setor da educação foi significativamente afetado com a expulsão das ordens regulares em 1910 (Teixeira, 1974: 129). Os colégios femininos foram encerrados e o colégio masculino de Soibada foi entregue ao cuidado dos padres seculares. Em 1911, muitas missões estavam em estado de abandono (Teixeira, 1974: 164).

Em 1924, D. José da Costa Nunes, recentemente nomeado bispo de Macau, reestruturou as missões de Timor, suprimindo o vicariato do sul — ficando todas as missões de Timor subordinadas ao vigário-geral com acento em Lahane — e repondo as ordens religiosas, sendo neste contexto que as canossianas regressaram a Timor (Teixeira, 1974: 181). Por seu lado, os jesuítas só retornaram definitivamente em 1958, quando reassumiram a direção do colégio de Soibada (Thomaz, 2008: 408). Com a instalação de novas ordens religiosas, as missões começaram a recuperar gradualmente da expulsão de 1910.

Com a ocupação japonesa de Timor no contexto da Guerra do Pacífico, entre 1942 e 1945, os religiosos receberam ordens de retirada da ilha. Terminado o conflito, D. Jaime Garcia Goulart, que conseguira refugiar-se na Austrália, regressou à ilha com a nomeação de primeiro bispo da diocese de Díli (Thomaz, 2008: 409).

2.1. O património arquitectónico

No relatório de 1876⁹, o Pe. António Joaquim de Medeiros enumera as igrejas que encontrou, descrevendo construções que atestam a decadência da prática do culto católico. Apenas a igreja de Díli era de alvenaria (Teixeira, 1974: 111), as restantes, localizadas nos reinos de Motael, Hera, Lacló, Manatuto, Laleia, Cairui e Viqueque eram construídas em *palapa*¹⁰, encontrando-se algumas muito degradadas e despojadas dos utensílios necessários ao culto

9 Do relatório do Visitador das Missões de Timor, redigido pelo Pe. António Joaquim de Medeiros em 19 de Maio de 1876, foram publicados excertos em «Macau e a Sua Diocese. X — Missões de Timor» (Teixeira, 1974).

10 Palmeira predominante em Timor.

(Teixeira, 1974: 58). Consta ainda a existência barracões e choupanas dispersas nos reinos de Oecussi, Naimuti, Batugadé, Lacluta e Luca, que funcionavam como igrejas e capelas (Teixeira, 1974: 185, 576).

Com a reforma de 1877, a implantação de novas missões em vários pontos da ilha implicou a construção de igrejas e escolas que, consoante as possibilidades, foram sendo gradualmente melhoradas e reconstruídas em pedra e cal. A substituição por edifícios de carácter definitivo teve início nos últimos anos do século XIX e primeiros do século XX, embora a carência de recursos materiais, humanos e financeiros, assim como a apreensão dos bens da Igreja aquando da expulsão das ordens religiosas em 1910, tenham demorado os trabalhos de construção.

Durante a ocupação japonesa, entre 1942 e 1945, muitos destes edifícios foram destruídos, como a Catedral neoclássica de Díli e o colégio de Santa Isabel em Manatuto (Thomaz, 2008: 409). Entre os que resistiram, encontram-se os exemplos mais antigos de arquitetura religiosa portuguesa que existe atualmente em Timor, sobre os quais se reúnem seguidamente alguns apontamentos que remetem para a sua construção.

Além das igrejas de Alas e Maubara que, segundo Luís Filipe Thomaz (2008: 407), foram construídas no tempo do Pe. Medeiros, persistem também as instalações da missão central de Lahane, mais precisamente os dois edifícios construídos para funcionarem respetivamente como residência dos missionários e colégio interno masculino para filhos dos régulos (Teixeira: 1974: 61; Fernandes, 1931: 39) (Fig. 5). Em 1911, no relatório da visita às missões de Timor, o Pe. José da Costa Nunes referiu-se às instalações da missão de Lahane:

«a residencia de Lahane, alem de bastante espaçosa, está solidamente construida e magnificamente situada. Na parte posterior fica o collegio do sexo masculino — um edificio em optimas condições hygienicas para o fim a que se destina» (apud Teixeira 11, 1974: 165).

11 O Relatório do Visitador das Missões de Malaca e Timor, redigido pelo Pe. José da Costa Nunes em 23 de Outubro de 1911, foi transcrito em «Macau e a Sua Diocese. X — Missões de Timor» (Teixeira, 1974: 163-81).

O Pe. Nunes visitou ainda a «esplendida casa de Dare, situada n'um dos mais bellos e pittorescos pontos da grande montanha do mesmo nome» (*ibidem*: 166), também fundada por iniciativa do então nomeado bispo Medeiros, para retiro dos missionários e para a instrução dos alunos de Lahane nas práticas da agricultura (Teixeira, 1974: 95).

Entre 1897 e 1898, a Repartição das Obras Publicas dirigiu a construção de escolas localizadas em algumas das principais localidades do litoral. Em Liquiçá foi construída a escola D. Carlos I, em Baucau a escola masculina Celestino da Silva, e em Maubara a escola masculina Bispo de Medeiros e a escola feminina Rainha D. Amélia (Heitor, 1898: 2, 6-7; 1899: 22-3). Nestes edifícios reservavam-se compartimentos para a residência do professor missionário responsável pela escola, como exemplifica a descrição da escola Bispo de Medeiros em Maubara, construída em 1897:

«tem 12m20 de frente por 9m20 de largo com quatro divisões de 3m80x3m80 para habitação do professor-missionario e a escola propriamente dita de 3m80x7m20.» (Heitor, 1898: 2)

Em 1898, o Pe. Sebastião Maria Aparício da Silva, incumbido de estabelecer uma missão central na costa sul, escolheu Soibada pela boa recepção da população local à sua chegada, e pela abundancia de água, pedra e madeiras, que era favorável ao projeto de construção de uma igreja e dois colégios (Teixeira, 1974: 235) (Fig.6). Em 1904, os padres inauguraram a igreja de S. Coração de Jesus (Teixeira, 1974: 187, 576), com «24 metros de comprimento, 9 de largura [e] 10 de altura, toda de pedra e cal e coberta de zinco» (Teixeira, 1974: 237). O colégio dos rapazes entrou em funcionamento pela mesma altura (Teixeira, 1974: 237). Em 1908, a missão solicitou o apoio do governo para realizar a cobertura de zinco do edifício do colégio das raparigas (Carlos, 1908: 16), mas com a expulsão das canossianas em 1910, os trabalhos de construção cessaram (Teixeira, 1974: 237, 174). Entre 1925 e 1928, tendo a missão de Soibada o Pe. Abílio como superior, foi construído um edifício de 40 metros de comprimento, 14 de largura e 10 de altura, sendo o primeiro piso reservado a dormitório, e o rés-do-chão a sala de estudo, refeitório e despensa. Ainda sob direção do mesmo padre, ergueu-se uma capela no alto da colina de Aitaro (Teixeira, 1974: 426).

Em 1880 foi iniciada construção da nova igreja da Manatuto, contando com o auxílio do régulo na mobilização de mão-de-obra. Resultando numa

construção sólida de pedra, coberta com zinco, bem proporcionada, de piso elevado, e com fachada de duas torres, foi inaugurada em 1886, tendo sofrido obras de restauro em 1936 (Teixeira, 1974: 187, 576) (Fig.7). Em 1887, o bispo Medeiros caracterizou-a como uma «igreja de pedra e cal, construída à custa dos rendimentos dos bens das missões da China e com auxílio dos timorenses. [...] A construção é sólida e a fachada produz um bello effeito» (*apud* Teixeira¹², 1974: 94). Sobre o mesmo edificio o Pe. Gomes Ferreira mencionou que «sahiu uma cathedral... [...] Fica na verdade um monumento» (*apud* Teixeira, 1974: 114). Já em 1911, o Pe. José da Costa Nunes, observou:

«uma boa egreja de pedra e cal, tendo contígua às paredes lateraes a residencia do missionario, que era occupada pelas religiosas Canossianas, que ali mantinham uma escola com um externato de 123 alumnas» (*apud* Teixeira, 1974: 167).

Em 1901 começou-se a levantar a Igreja de Santo António de Motael, no entanto, a carência de mão-de-obra tornou os trabalhos de construção morosos (Carlos, 1907: 14). Em 1911, as obras da igreja estavam paradas havia meses pela falta de verbas do governo, tendo-se chegado a considerar, com a proclamação do regime republicano, a adaptação do edificio para instalar um museu, o que não chegou a acontecer (Teixeira, 1974: 166). Em 1907, o chefe da Repartição das Obras Públicas descreveu:

«A egreja é dividida em tres corpos, sendo o do centro a egreja, um corpo lateral destinado á escola e sachristia, e o outro, a residencia do missionario. A sua construcção é toda de alvenaria ordinaria com as portas e janellas em ogivas [...]. O corpo central está na altura de 7 metros, até ao capitel das columnas interiores da sua decoraçào» (Carlos, 1907:14).

12 Do Relatório da visita às missões de Timor, redigido pelo Bispo António Joaquim de Medeiros em 27 de Julho de 1887, foram publicados excertos em «Macau e a Sua Diocese. X — Missões de Timor» (Teixeira, 1974).

Em 1906 começou a ser construída a igreja de Laleia (Teixeira, 1974: 576, 187). Os sucessivos relatórios de execução realizados pelo chefe da Repartição das Obras Públicas enumeram algumas características do edifício, nomeadamente as «paredes de alvenaria e o arco principal da porta em 3 metros de vão» (Carlos, 1908: 15) e a divisão em «tres corpos, sendo o central igreja, um corpo lateral escola e sachistia e o outro, residencia do missionario» (*idem*, 1907: 14). As obras foram interrompidas aquando da proclamação da República, sendo retomadas 1915 (Teixeira, 1974: 438-39). A carência de verbas prolongou os trabalhos, que só puderam continuar subsidiados pelo prelado e por donativos recolhidos entre a população local, acabando a igreja por ser inaugurada em 1933 (Teixeira, 1974: 576, 187).

Entre os edificios destruídos durante a ocupação japonesa, encontrava-se a Catedral de Díli, localizada no centro da capital. Construída inicialmente para funcionar como Igreja Matriz, custou a demolição da sua antecessora em 1933. Foi inaugurada em 1937, sendo elevada a Catedral em 1940. O Pe. Manuel Teixeira elogia-a no texto «Macau e a Sua Diocese»:

«um esplêndido edificio de duas torres [...]. Tinha três naves: a central, com 12 metros, era separada das duas laterais por cinco colunas, em quatro arcos. A igreja media de fundo 40 metros por 25.50 de largo e tinha 9 portas e 19 janelas, sendo o pavimento de mosaico. Entrava-se nela por um pórtico de 6 metros de altura» (Teixeira, 1974: 575).

Entre 1942 e 1945 desapareceu também o colégio de Santa Isabel em Manatuto. O colégio feminino das religiosas canossianas funcionava num prédio próximo da igreja, adquirido pela missão em 1886 e adaptado para receber a instituição. No entanto, a insuficiência de meios financeiros obrigou a procurar o auxílio do governo para concluir a construção, ficando a Repartição das Obras Públicas encarregada de fiscalizar e dirigir os trabalhos (Teixeira, 1974: 167). Em 1907, o imóvel estava ainda em fase de construção, sendo descrito pelo o chefe da Repartição Alberto Carlos:

«É feita desde os alicerces até a altura de 2m20 de alvenaria ordinaria; o 2.º pavimento é todo construido de paredes de frontal tecido com 0m15 de espessura com madeira de «palavão» branco de boa qualidade. As dimensões d' esta casa são: incluindo a varanda em toda a volta do edificio: comprimento 27m20x21m20; corpo interior: comprimento 22m50x16m40 tendo de altu-

ra 5m00, com dez compartimentos, proprios para alojamento das Senhoras Madres e educandas internas» (Carlos, 1907: 15).

Não constituindo obras de significativo valor arquitetónico no contexto ultramarino português, as construções levantadas entre 1877 e 1942 por iniciativa dos missionários, refletem as condicionantes de ordem variada com que sempre se deparou a presença portuguesa em Timor. A morosidade dos trabalhos de construção e a modéstia dos edifícios, decorriam da constante insuficiência de verbas e da inexistência de técnicos especializados. Por diversas vezes, a conclusão dos edifícios religiosos só foi possível graças a subsídios de entidades eclesiásticas superiores, e ao auxílio e mão-de-obra disponibilizados pelas populações locais aos missionários.

Os edifícios construídos durante esta segunda fase de missionação — escolas e igrejas — são demonstrativos da função de «principais agentes civilizadores» que os religiosos, ao centrarem a sua atividade na catequização e instrução, desempenhavam entre as populações locais.

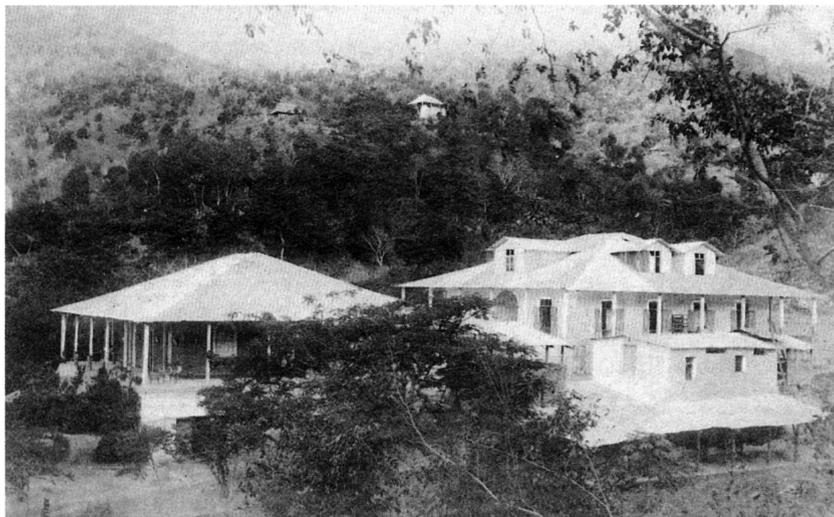


Fig. 5.—Missão de Lahane, 1927.

Publicado por João Loureiro em «Postais antigos e outras memórias de Timor» (1999)



Fig. 6.—Missão de Soibada, 1927.

Publicado por João Loureiro em «Postais antigos e outras memórias de Timor» (1999)

3. CONCLUSÃO

Em dois períodos distintos, a missãoção foi crucial para o entendimento da formação, tanto territorial como social, de Timor-Leste como hoje existe. Apesar do cristianismo só se ter consumado como culto generalizado no território durante a ocupação indonésia, o carácter marcadamente educacional da intervenção missionária durante o período de administração portuguesa deixaria marcas que se evidenciaram mais tarde, pela necessidade de afirmação identitária.

A presença portuguesa em Timor foi introduzida pelos missionários dominicanos que, tentando a evangelização mais abrangente das ilhas de Solor e Timor, acabaram por, devido a pressões de opositores externos, centralizar a sua presença na ilha.

O estabelecimento dos holandeses no lado ocidental de Timor levou no recuo dos portugueses para a região leste, correspondendo, desta forma, a metade oriental da ilha ao último reduto da presença portuguesa no sudeste asiático. Apesar das perdas territoriais, o contacto português deixou marcas pa-



Fig. 7.—Igreja de Manatuto.
Publicado por Pe. Manuel Teixeira em «Macau e a Sua Diocese.
X - Missões de Timor» (1974)

trimoniais — materiais e imateriais — nas ilhas entretanto cedidas. Enquanto, do ponto de vista imaterial, Larentuca continua a reivindicar uma identidade cultural originada pelo contacto com os missionários portugueses, na perspectiva material permanecem algumas marcas arquitetónicas da presença destes últimos.

No que toca ao património arquitetónico, encontram-se hoje vestígios que atestam a antiga existência de recintos fortificados de defesa, construídos durante uma primeira fase de missionação, na qual os religiosos desempenhavam, além da atividade evangelizadora, também funções militares e temporais. De uma fase de missionação posterior, em que os missionários — partilhando o papel de agentes da colonização com novas entidades administrativas e militares —, no âmbito da chamada «missão civilizadora», passaram a dedicar-se exclusivamente à catequização e instrução das populações locais, persistem escolas e igrejas, algumas delas ainda em funcionamento atualmente.

BIBLIOGRAFIA

- (1861) Tratado de demarcação e troca de algumas possessões portuguesas e neerlandezas no Archipelago de Solor e Timor entre sua magestade el-rei de Portugal e sua magestade el-rei dos Paizes Baixos assignado em Lisboa pelos respectivos plenipotenciarios aos 20 de abril de 1859, Lisboa, Imprensa nacional.
- Belo, Dom Carlos Filipe Ximenes (2013) *História da Igreja em Timor-Leste. 400 Anos de Evangelização (1562-2012)*, 1.º volume. 1562-1940, Porto, Fundação Eng. António de Almeida.
- Boxer, C. R. (1947) *The Topasses in Timor*, Amsterdam, Koninklijke Vereeniging Indisch Instituut.
- Carlos, A. (1907) *Relatório dos trabalhos executados pela repartição no anno economico de 1905-1906 em conformidade com o artigo 24 do decreto de 20 de Agosto de 1892 que organisou o serviço de Obras Publicas do Ultramar, e em harmonia com as instruções a que se refere o officio n.º 44 de 3 de Maio de 1901 expedido pela 3.ª Repartição da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar*, Dilly, Repartição das Obras Publicas do Districto autonomo de Timor.
- (1908) *Relatório dos trabalhos executados pela repartição no anno economico de 1907-1908 em conformidade com o artigo 24 do decreto de 20 de Agosto de 1892 que organisou o serviço de Obras Publicas do Ultramar, e em harmonia com as instruções a que se refere o officio n.º 44 de 3 de Maio de 1901 expedido pela 3.ª Repartição da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar*, Dilly, Repartição das Obras Publicas do Districto autonomo de Timor.
- Castro, A. (1867) *As possessões portuguezas na Oceania*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Fernandes, Pe. A. J. (1931) *Esboço histórico do estado actual das Missões de Timor e refutação dalgumas falsidades contra elas caluniosamente afirmadas por um ex-governador de Timor*, Macau, Typ. Mercantil de N. T. Fernandes & Filhos, Ltda.
- Goulart, J. G. (1999) *Textos de D. Jaime Garcia Goulart: Bispo de Dili-Timor, 1945-1967*, Macau, Fundação Macau.

- Heitor, A. (1898) *Relatorio dos trabalhos executados no anno economico de 1897-1898*, Dilly, Repartição das Obras Publicas do Districto autonomo de Timor.
- (1899) *Relatorio dos trabalhos executados por esta repartição no anno economico de 1898-1899*, Dilly, Repartição das Obras Publicas do Districto autonomo de Timor.
- Lobato, M. (2000) «Timor», em Marques, António H. Oliveira (dir.), *História dos portugueses no Extremo Oriente*. 1.º Volume, Tomo II, Lisboa, Fundação Oriente, págs. 351-374.
- Loureiro, J. (1999) *Postais antigos e outras memórias de Timor*, Macau, João Loureiro e Associados.
- Matos, A. T. de (1974) *Timor Português. 1515-1769 — Contribuição Para a Sua História*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- (1958) *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, Insulíndia, 5.º Vol. (1580-1595), Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Silva, A. M. M. (2002) «Os Padres Seculares e Timor – 1.ª Parte (Apontamentos e esboço para um estudo)», *Boletim Instituto Camões — Hatudu Cultura*, 3, págs. 6-9.
- Sousa, frei L. de (1866) *Terceira parte da História de S. Domingos*. Volume IV, Lisboa, Typ. do Panorama. [3.ª ed.].
- Teixeira, Pe. M. (1974) *Macau e a Sua Diocese. X — Missões de Timor*, Macau, Tipografia da Missão do Padroado.
- Thomaz, L. F. (1998) «Relance da História de Timor», em Thomaz, L. F., *De Ceuta a Timor*, Algés, Difel, págs. 591-612 [2.ª ed.].
- (2006) «Timor», em Lopes, Maria de Jesus dos Mártires (coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Oriental (1660-1820)*. Volume V, Tomo 2, Lisboa, Editorial Estampa, págs. 392-430.
- (2008) *País dos Belos. Achegas para a compreensão de Timor-Leste*, Macau, Instituto Português do Oriente.